

A IGREJA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO: Arquitetura em Madeira, Identidade Suábica e os Desafios da Preservação do Patrimônio Popular no Paraná

Gloria Gong de Freitas

Universidade Estadual de Maringá | gloria.arquiteta@gmail.com

Thais Kawamoto Amarães

Universidade Estadual de Maringá | arqtkamaraes@gmail.com

5º Seminário de Arquitetura Vernacular/Popular | História, Memória e Patrimônio

A arquitetura popular constitui suporte material das memórias e identidades locais, sendo também expressão de resistência simbólica frente às narrativas hegemônicas que historicamente orientam os processos de patrimonialização no Brasil (BONONI, 2018). Este trabalho analisa a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no distrito de Entre Rios, em Guarapuava-PR, como remanescente da arquitetura religiosa em madeira vinculada à presença dos suábios do Danúbio no Paraná, alinhando-se ao eixo temático (3) História, Memória e Patrimônio. Construída na década de 1950 por imigrantes desse grupo germânico, refugiados da Segunda Guerra Mundial, a edificação é a única capela em madeira ainda existente entre as colônias suábicas da região, já que as demais foram desmontadas, algumas sem reconstrução (ALMEIDA et al., 2018). A pesquisa combinou levantamento bibliográfico, análise documental e estudo técnico da edificação, contemplando elementos construtivos, transformações morfológicas e práticas de preservação. A reforma de 2021, com ampla participação dos moradores da Colônia Socorro, evidencia o protagonismo comunitário na conservação do patrimônio, reforçando a importância da preservação participativa. Ao articular a permanência física da igreja com os significados atribuídos pelas vivências coletivas, o estudo contribui para o reconhecimento da arquitetura vernacular como parte legítima da história cultural regional (NORA, 1993; ASSMANN, 2011). O trabalho propõe reflexão crítica sobre os critérios seletivos tradicionais aplicados aos processos de tombamento e sugere ampliar políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio popular. Valorizar saberes tradicionais e práticas locais é essencial para fortalecer identidades regionais e salvaguardar expressões culturais historicamente marginalizadas (WAISMANN, 1994; HOFFMANN, 2015). A escolha pela modalidade de artigo se justifica por permitir análise crítica, reflexão teórica e apresentação estruturada dos resultados, promovendo discussão aprofundada sobre a relevância da preservação da arquitetura vernacular como expressão de memória e identidade cultural.

Palavras-chave: Memória cultural; Arquitetura religiosa em madeira; Patrimônio comunitário; Imigração suábica.

THE CHURCH OF OUR LADY OF PERPETUAL HELP: Wooden Architecture, Swabian Identity, and the Challenges of Preserving Popular Heritage in Paraná

Abstract: Popular architecture constitutes a material support for local memories and identities and also expresses symbolic resistance against hegemonic narratives that historically guide patrimonialization processes in Brazil (BONONI, 2018). This study analyzes the Church of Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, located in the district of Entre Rios, Guarapuava–PR, as a remnant of wooden religious architecture linked to the presence of the Danube Swabians in Paraná, aligned with the thematic axis (3) History, Memory, and Heritage. Built in the 1950s by this German ethnic group, refugees of World War II, the building represents the only wooden chapel still existing among the Swabian colonies in the region, as other structures were dismantled, some without reconstruction (ALMEIDA et al., 2018). The research combined bibliographic survey, documentary analysis, and technical study of the building, addressing construction elements, morphological transformations, and preservation practices. The 2021 renovation, with active participation of the Colônia Socorro residents, highlights the community's role in heritage conservation, emphasizing participatory preservation. By linking the church's physical permanence with the meanings attributed by collective experiences, the study contributes to the recognition of vernacular architecture as a legitimate part of regional cultural history (NORA, 1993; ASSMANN, 2011). The work critically reflects on traditional selective criteria in heritage listing and suggests expanding public policies aimed at protecting popular heritage. Valuing traditional knowledge and local practices is essential to strengthen regional identities and safeguard historically marginalized cultural expressions (WAISMANN, 1994; HOFFMANN, 2015). The choice of the article format is justified as it allows critical analysis, theoretical reflection, and structured presentation of results, promoting in-depth discussion on the relevance of preserving vernacular architecture as an expression of memory and cultural identity.

Keywords: Cultural memory; Wooden religious architecture; Community heritage; Swabian immigration.

2

LA IGLESIA NUESTRA SEÑORA DEL PERPETUO SOCORRO: Arquitectura en Madera, Identidad Suaba y los Desafíos de la Preservación del Patrimonio Popular en Paraná

Resumen: La arquitectura popular constituye un soporte material de las memorias e identidades locales y expresa resistencia simbólica frente a narrativas hegemónicas que han orientado históricamente las políticas patrimoniales en Brasil (BONONI, 2018). Este estudio analiza la Iglesia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ubicada en Entre Rios, Guarapuava–PR, como remanente de la arquitectura religiosa en madera vinculada a los suabos del Danubio en Paraná. Construida en la década de 1950 por refugiados alemanes tras la Segunda Guerra Mundial, es la única capilla de madera aún existente entre las colonias suabas de la región (ALMEIDA et al., 2018). La investigación combinó revisión bibliográfica, análisis documental y estudio técnico del edificio, abordando elementos constructivos y prácticas de preservación. La reforma de 2021, con amplia participación comunitaria, evidencia el protagonismo local en la conservación del patrimonio. Al articular permanencia física y significados colectivos, el estudio refuerza el reconocimiento de la arquitectura vernácula como parte legítima de la historia cultural regional (NORA, 1993; ASSMANN, 2011). El trabajo propone una reflexión crítica sobre los criterios selectivos tradicionales aplicados a los procesos de registro patrimonial y sugiere la ampliación de políticas públicas orientadas a la protección del patrimonio popular. La valorización de los saberes tradicionales y las prácticas locales resulta esencial para fortalecer las identidades regionales y salvaguardar expresiones culturales históricamente marginalizadas (WAISMANN, 1994; HOFFMANN, 2015). La elección de la modalidad de artículo se justifica por permitir análisis crítico, reflexión teórica y presentación estructurada de resultados, promoviendo discusión profunda sobre la relevancia de la preservación de la arquitectura vernácula como expresión de memoria e identidad cultural.

Palabras clave: Memoria cultural; Arquitectura religiosa en madera; Patrimonio comunitario; Inmigración suaba.

1.INTRODUÇÃO

A constituição do patrimônio cultural como campo institucional no Brasil esteve historicamente vinculada à consolidação de uma narrativa identitária nacional centrada na monumentalidade e na excepcionalidade formal. Desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na década de 1930, os critérios de preservação privilegiaram bens associados à arquitetura colonial, aos marcos fundadores do Estado e às expressões consideradas representativas da “nação” oficial. Conforme analisam Zanirato (2009), Pinheiro (2006) e Fonseca (2005), esse processo consolidou uma política patrimonial seletiva, estruturada a partir de hierarquias simbólicas que invisibilizaram produções culturais vinculadas a grupos socialmente periféricos ou etnicamente diferenciados.

Nesse contexto, a problematização da memória enquanto construção histórica torna-se fundamental. Como sustenta Pierre Nora (1993, p. 9), a memória é fenômeno vivo, permanentemente atravessado pela dialética entre lembrança e esquecimento, sujeito a usos, disputas e ressignificações. A materialidade arquitetônica participa ativamente desse processo, operando como suporte de fixação simbólica capaz de estabilizar narrativas identitárias diante das transformações sociais e temporais. Edificações não são apenas testemunhos inertes do passado, mas dispositivos culturais que articulam experiência histórica, pertencimento e reconhecimento coletivo.

É nesse debate que se insere a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava-PR. Construída na década de 1950 por imigrantes suábios do Danúbio, refugiados do pós-Segunda Guerra Mundial, a edificação constitui remanescente singular da arquitetura religiosa em madeira vinculada a esse grupo no Paraná. Enquanto suporte material da memória cultural suábia, a igreja permite problematizar tanto os processos de construção identitária em contextos diaspóricos quanto os critérios seletivos que historicamente orientaram as políticas de patrimonialização no Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro como expressão de arquitetura vernácula e como lugar de memória, articulando as categorias de memória cultural (ASSMANN, 2011), lugar de memória (NORA, 1993) e crítica à historiografia arquitetônica latino-americana (WAISMAN, 1994). Busca-se demonstrar que a permanência material da edificação não apenas preserva um saber-fazer construtivo, mas também sustenta processos contemporâneos de identificação coletiva e resistência simbólica.

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em levantamento bibliográfico, análise documental e estudo técnico da edificação, contemplando sistemas construtivos, transformações morfológicas e práticas comunitárias de preservação. A investigação articula abordagem teórica e análise empírica, situando o objeto no eixo temático (3) História, Memória e Patrimônio.

Ao discutir a arquitetura religiosa em madeira como patrimônio cultural, o artigo contribui para ampliar o debate acerca da democratização das políticas de preservação, propondo o reconhecimento da arquitetura popular como parte legítima da história cultural regional.

2. MEMÓRIA CULTURAL E MATERIALIDADE

2.1 A TEORIA DA MEMÓRIA CULTURAL

A distinção entre memória comunicativa e memória cultural, proposta por Assmann (2011), fornece base conceitual para esta análise. Segundo a autora:

A memória cultural baseia-se em pontos fixos no passado. Esses pontos são figuras simbólicas às quais se vinculam lembranças normativas e formativas, mantidas por meio de textos, ritos, monumentos e celebrações (Assmann, 2011, p. 54).

Essa diferenciação é essencial para compreender o papel da materialidade nos processos de construção identitária. Conforme desenvolve Aleida Assmann (2011), a memória cultural estrutura-se a partir de suportes duráveis e institucionalizados que asseguram estabilidade e continuidade às narrativas coletivas ao longo do tempo. Diferentemente da memória comunicativa — vinculada à experiência direta e à transmissão oral entre gerações próximas —, a memória cultural depende de meios externos que organizam, fixam e legitimam determinados conteúdos simbólicos.

Essa necessidade de fixação é corroborada por Pierre Nora (1993), para quem a memória, enquanto fenômeno vivo e em constante transformação, tende a enraizar-se no concreto para evitar sua dissipação. Nesse sentido, a arquitetura religiosa pode ser compreendida como um “lugar de memória”, isto é, uma unidade simbólica que a vontade coletiva converte em referência material para ancorar lembranças que, de outro modo, poderiam se diluir na continuidade histórica.

Em diálogo com essa perspectiva, Marina Waisman (1994) destaca que o patrimônio arquitetônico atua como evocação e afirmação da memória coletiva, funcionando como nexos simbólicos que articulam a comunidade em torno de um passado compartilhado. Para a autora, o significado da arquitetura não é estático: enquanto elemento estruturante da identidade, o edifício permite que seus sentidos se transformem ao longo do tempo, incorporando novas camadas de memória e ressignificação.

Nesse contexto, a arquitetura religiosa pode ser compreendida como suporte estruturante da memória cultural. Inserida no cotidiano comunitário, ela transcende sua função estritamente litúrgica e passa a operar como dispositivo de estabilização simbólica. Sua permanência material não apenas preserva vestígios do passado, mas possibilita a contínua atualização de narrativas identitárias, rearticuladas conforme as demandas históricas do presente.

De acordo com Assmann (2011), a memória cultural converte acontecimentos históricos em tradição significativa, transformando o passado em referência normativa para o presente. Assim, o edifício religioso, ao manter-se fisicamente preservado, contribui para a consolidação de uma continuidade simbólica que fundamenta a autoimagem coletiva. A materialidade arquitetônica torna-se, portanto, elemento mediador entre experiência histórica e construção identitária, configurando-se como suporte ativo na produção e reprodução da memória cultural.

No caso da igreja analisada, o edifício transforma a experiência traumática do deslocamento pós-guerra em narrativa de reconstrução comunitária. Ao funcionar como suporte material que estabiliza referências simbólicas, a edificação reafirma a identidade local frente às transformações sociais e urbanas contemporâneas.

3. HISTORIOGRAFIA ARQUITETÔNICA E CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA

A historiografia arquitetônica latino-americana foi amplamente estruturada a partir de referenciais europeus, o que produziu uma narrativa centrada na monumentalidade e na excepcionalidade formal, frequentemente em detrimento das expressões arquitetônicas locais e cotidianas. Como observa Marina Waisman (1994), a história da arquitetura na América Latina foi formulada com base em categorias externas que nem sempre consideravam as condições culturais, sociais e materiais específicas do continente. A adoção acrítica desses paradigmas importados contribuiu para a construção de uma hierarquia simbólica que relegou as manifestações vernáculas à condição de expressão periférica ou menor.

Essa crítica epistemológica permite compreender os mecanismos de exclusão que marcaram os processos de institucionalização do patrimônio no Brasil. A constituição do campo patrimonial, iniciada na década de 1930 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), consolidou critérios seletivos baseados na excepcionalidade estética, na monumentalidade e na valorização da arquitetura colonial e erudita (PINHEIRO, 2006). Esse modelo reforçou uma concepção de patrimônio vinculada à ideia de “obra de arte” e “monumento nacional”, excluindo produções associadas ao cotidiano e às práticas construtivas populares.

Nesse sentido, Bononi (2018) argumenta que os processos de patrimonialização no Brasil foram orientados por narrativas hegemônicas que invisibilizaram a produção arquitetônica da maioria da população. A arquitetura em madeira das colônias de imigrantes, por exemplo, foi frequentemente desconsiderada por não se enquadrar nos parâmetros formais consagrados pela historiografia oficial.

A superação desse modelo exige, conforme defende Waisman (1994), uma democratização da história da arquitetura, na qual o patrimônio deixa de ser compreendido exclusivamente como conjunto de objetos de elevado valor artístico e passa a ser reconhecido como testemunho das formas de vida de diferentes grupos

sociais. Tal deslocamento implica reconhecer que o valor cultural não reside apenas na excepcionalidade formal, mas também na representatividade histórica e na densidade simbólica dos bens.

No caso de Entre Rios, a igreja em madeira transcende sua materialidade para operar como nexo e âncora de memória coletiva – conceitos mobilizados por Waisman (1994) para designar edificações que articulam continuidade histórica e pertencimento social. Além disso, o edifício materializa um saber-fazer construtivo específico, relacionado às técnicas tradicionais em madeira descritas por Zani (2003; 2005), cuja permanência desafia a concepção de que tais práticas seriam efêmeras ou tecnicamente inferiores.

Assim, o inventariamento sistemático desse bem não se configura apenas como procedimento técnico de registro, mas como ato político de reconhecimento. Ao integrar a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ao campo de análise patrimonial, promove-se a legitimação de uma identidade local historicamente situada à margem das narrativas oficiais. Trata-se, portanto, de um movimento de revisão epistemológica que questiona hierarquias consolidadas e amplia o escopo daquilo que pode – e deve – ser reconhecido como patrimônio cultural.

4. PATRIMÔNIO CULTURAL E SELETIVIDADE NO BRASIL

O processo de institucionalização do patrimônio cultural brasileiro consolidou hierarquias simbólicas que definiram quais bens seriam reconhecidos como representativos da identidade nacional. Conforme argumenta Bononi (2018, p. 74), a patrimonialização no Brasil esteve historicamente associada à construção de uma narrativa identitária homogênea, na qual determinadas referências culturais foram elevadas à condição de símbolo nacional, enquanto outras permaneceram invisibilizadas. Essa seleção não ocorreu de maneira neutra, mas resultou de disputas políticas e culturais.

Nessa mesma perspectiva, Hoffmann (2015, p. 112) observa que a democratização do patrimônio pressupõe reconhecer que os critérios de valor são socialmente construídos e atravessados por relações de poder. O que se legitima como patrimônio não decorre apenas de qualidades intrínsecas do bem, mas de processos institucionais que refletem projetos de nação e concepções hegemônicas de cultura.

A exclusão da arquitetura popular dos processos de tombamento evidencia a necessidade de revisão crítica desses parâmetros institucionais. Tal seletividade remonta à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na década de 1930, quando a política de preservação privilegiou bens capazes de representar uma identidade nacional oficial. Como destacam Pinheiro (2006) e Zanirato (2009), foram priorizados objetos e edificações que consagravam feitos do Estado, das instituições dirigentes e das elites econômicas, enquanto a produção cultural das camadas populares permanecia marginalizada.

Sob a ótica da historiografia arquitetônica latino-americana, Marina Waisman (1994) argumenta que essa marginalização decorre da aplicação de categorias analíticas externas, que desconsideram as condições sociais e culturais específicas do continente. Ao adotar modelos europeus como parâmetro universal, a historiografia contribuiu para classificar manifestações vernáculas como expressões menores ou periféricas. Para a autora, o patrimônio deve ser compreendido como testemunho da vida de um povo, e não apenas como conjunto de objetos de elevado valor artístico ou museológico.

No Sul do Brasil, essa hierarquia simbólica manifesta-se de maneira particularmente evidente na desvalorização da arquitetura em madeira. Conforme aponta Lima (2007), tais edificações foram frequentemente associadas ao arcaico, ao pobre e ao rural, reforçando estigmas que as afastaram do reconhecimento institucional. Em cidades concebidas sob o ideal modernizador, como Maringá, no Paraná, a legislação urbanística chegou a restringir ou proibir construções em madeira nas áreas centrais, consideradas incompatíveis com a imagem de progresso urbano (ZANI, 2003). Esse processo de estilização do espaço urbano reforçou a associação entre modernidade e determinados materiais e tipologias, desconsiderando que as edificações em madeira constituem suportes de memória coletiva e expressão de um saber-fazer tradicional.

Dessa forma, a superação dessa seletividade exige o que Hoffmann (2015) identifica como fase renovadora das políticas culturais, influenciada pelas propostas de Aloísio Magalhães, que deslocam o foco do monumento isolado para a valorização da heterogeneidade cultural. Tal perspectiva amplia a noção de patrimônio, incorporando práticas, técnicas e edificações que expressam modos de vida específicos.

Reconhecer a arquitetura popular em madeira como patrimônio implica, portanto, não apenas preservar um bem material, mas legitimar identidades historicamente marginalizadas. Como ressalta Bononi (2018), ampliar os critérios de patrimonialização constitui ato político de reconhecimento cultural, capaz de enfrentar os apagamentos promovidos pela história oficial e afirmar o pertencimento de grupos sociais frequentemente excluídos das narrativas nacionais.

5. ARQUITETURA VERNÁCULA: CONCEITO E VALOR CULTURAL

A arquitetura vernácula caracteriza-se pela integração indissociável entre técnica, cultura e território, configurando-se como expressão material das dinâmicas sociais e simbólicas de uma coletividade. A Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo, elaborada pelo ICOMOS (1999), define essa produção como manifestação fundamental da identidade de uma comunidade, enfatizando seu vínculo direto com o espaço geográfico e com os modos de vida locais. Trata-se, portanto, de uma arquitetura que emerge da experiência histórica compartilhada, constituindo o meio pelo qual os grupos sociais constroem seu próprio habitat segundo referências culturais próprias.

Marina Waisman (1994) reforça essa perspectiva ao argumentar que a arquitetura vernácula não deve ser interpretada como estágio inferior ou precário da produção arquitetônica erudita, mas como manifestação autêntica de uma cultura que constrói a partir de seus próprios códigos simbólicos e técnicos. Tal compreensão desloca o debate da dimensão formal ou estilística para uma abordagem que privilegia os processos socioculturais que informam a produção do espaço. A autenticidade, nesse sentido, não reside na originalidade estética isolada, mas na coerência entre práticas construtivas, valores culturais e condições ambientais.

Essa autenticidade decorre de um modo de fazer frequentemente desvinculado do desenho técnico formalizado, fundamentado em uma sabedoria coletiva transmitida intergeracionalmente. Conforme destacam De Silva e Silva (2024), a arquitetura vernácula apoia-se em sistemas empíricos de conhecimento que articulam funcionalidade, economia de recursos e adequação climática. No contexto paranaense, tal dinâmica manifestou-se de modo significativo no domínio da carpintaria, configurando um “saber-fazer” que pode ser compreendido como patrimônio imaterial, resultante da interação entre técnicas trazidas por grupos imigrantes e as especificidades ambientais do território (HOFFMANN, 2015).

No caso da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Entre Rios, os sistemas construtivos e a organização espacial evidenciam uma continuidade cultural reinterpretada à luz das condições locais de Guarapuava (GÄRTNER; PIRES, 2011). Edificada em 1956, a construção em madeira não se restringe ao uso de um material amplamente disponível, mas assume dimensão simbólica, funcionando como elemento identitário visível da comunidade suábica. A incorporação de referências centro-europeias — perceptíveis na volumetria da torre e no rigor técnico da estrutura — articuladas às soluções construtivas adaptadas ao contexto paranaense, revela um processo de ressignificação cultural característico de experiências diaspóricas.

Nessa perspectiva, a edificação pode ser compreendida como suporte material de uma identidade reconstruída no exílio, na qual memória, técnica e territorialização se entrelaçam. A arquitetura torna-se, assim, mediadora entre passado e presente, permitindo a inscrição física de referências culturais que reafirmam pertencimento e continuidade histórica no novo espaço de assentamento.

6. O “SABER-FAZER” SUÁBIO: MATERIALIDADE, TECTÔNICA E PAISAGEM ETNOGRÁFICA

A Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pode ser compreendida como materialização de um patrimônio imaterial inscrito na prática construtiva dos mestres carpinteiros responsáveis por sua execução. O chamado “saber-fazer” suábico não se restringe a um conjunto de técnicas operacionais, mas constitui um sistema de conhecimento transmitido intergeracionalmente, articulando memória, adaptação ambiental e identidade coletiva. Conforme observa Zani (2003), a arquitetura em

madeira no Paraná resultou de um processo de fusão cultural, no qual técnicas trazidas por imigrantes europeus foram reinterpretadas à luz das condições materiais e climáticas locais. Tal domínio técnico permitiu que grupos deslocados reconstruíssem não apenas edificações, mas também trajetórias sociais e referências simbólicas no novo território.

No caso específico da comunidade suábica de Entre Rios, a técnica construtiva assume dimensão que ultrapassa a funcionalidade estrutural. A noção de tectônica, conforme discutida por Berriel (2011), oferece chave interpretativa pertinente: trata-se da convergência entre ordem construtiva e ordem visual, em que a lógica estrutural da edificação se manifesta esteticamente, tornando perceptível a racionalidade técnica que a sustenta. A construção em madeira, nesse contexto, revela uma coerência interna entre forma, material e método, na qual a estrutura não é ocultada, mas explicitada como princípio organizador do edifício.

A adoção do sistema de tábua e mata-junta, por exemplo, pode ser interpretada não apenas como solução econômica ou técnica, mas como escolha culturalmente situada. Esse sistema construtivo, marcado pela repetição rítmica de linhas verticais e pela produção de jogos de luz e sombra, configura uma estética própria que expressa continuidade com tradições centro-europeias reinterpretadas no contexto paranaense. A materialidade da madeira, portanto, opera como marcador identitário, funcionando como signo visível de pertencimento e distinção étnica em um território inicialmente estranho ao grupo.

Essa dimensão simbólica projeta-se na configuração de uma paisagem etnográfica, conceito mobilizado por Frank e Yamaki (2014) para designar áreas geográficas impregnadas de significados culturais específicos, construídos a partir da experiência histórica de determinado grupo social. Em Entre Rios, a igreja integra um conjunto de referências espaciais que evocam a memória da terra de origem e contribuem para a consolidação de uma territorialidade culturalmente diferenciada. A edificação, assim, participa da constituição de um espaço socialmente significado, no qual arquitetura e identidade se entrelaçam.

A permanência física do edifício e suas sucessivas intervenções ao longo do tempo também podem ser analisadas à luz da distinção proposta por Aleida Assmann (2011) entre memória comunicativa e memória cultural. Inicialmente vinculada à experiência direta das gerações pioneiras, a narrativa da fuga e do deslocamento forçado dos suábios europeus inscreve-se na materialidade da igreja como memória cultural institucionalizada, mediada por práticas patrimoniais e dispositivos de registro. Nesse processo, o inventariamento técnico – como aquele previsto pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN (SICG) – pode ser compreendido não apenas como procedimento administrativo, mas como instrumento de reconhecimento simbólico e

legitimação histórica, inserindo a experiência local no campo mais amplo das políticas culturais (HOFFMANN, 2015).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava-PR, permitiu compreender a arquitetura religiosa em madeira como suporte ativo de memória cultural e expressão material de uma identidade diaspórica. Ao longo do artigo, demonstrou-se que a edificação não pode ser reduzida à sua dimensão funcional ou tipológica; trata-se de um artefato simbólico no qual técnica, território e experiência histórica se entrelaçam de modo indissociável.

À luz da teoria da memória cultural de Aleida Assmann (2011), verificou-se que a permanência material do edifício contribui para a transição da memória comunicativa – vinculada às gerações pioneiras – para a memória cultural institucionalizada, assegurando continuidade simbólica à narrativa de deslocamento e reconstrução vivenciada pelos suábios do Danúbio. Em consonância com a noção de lugares de memória formulada por Pierre Nora (1993), a igreja pode ser interpretada como espaço no qual a experiência histórica se ancora no concreto para resistir à erosão do tempo. Sua materialidade, portanto, não apenas preserva vestígios do passado, mas atualiza continuamente significados identitários no presente.

A discussão historiográfica evidenciou, ainda, que a marginalização da arquitetura vernácula nos processos de patrimonialização decorre de critérios seletivos historicamente consolidados no Brasil, sobretudo a partir da institucionalização das políticas de preservação na década de 1930. Como apontam Bononi (2018) e Hoffmann (2015), tais critérios privilegiaram monumentalidade, excepcionalidade formal e referências alinhadas à construção de uma identidade nacional homogênea, relegando produções populares e étnicas a posições periféricas. Nesse contexto, edificações como a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro permaneceram por décadas à margem dos inventários oficiais, apesar de sua relevância sociocultural.

A incorporação da perspectiva proposta por Marina Waisman (1994) – que defende a democratização da historiografia arquitetônica e o reconhecimento do patrimônio como “testemunho da vida de um povo” – mostrou-se fundamental para reorientar o olhar analítico. A arquitetura em madeira das colônias suábias, longe de constituir expressão menor ou arcaica, revela domínio técnico, coerência tectônica e capacidade de adaptação às condições ambientais locais. O chamado “saber-fazer” suábio, materializado na carpintaria e nos sistemas construtivos empregados, configura patrimônio imaterial inscrito na própria estrutura do edifício.

Além disso, a participação comunitária na reforma realizada em 2021 evidencia que a preservação não se limita à proteção formal do bem, mas envolve práticas sociais de cuidado e atualização simbólica. Tal protagonismo reforça a pertinência de políticas de

preservação participativa, capazes de reconhecer a comunidade como agente central na produção e salvaguarda de seu patrimônio. O inventariamento técnico e o eventual reconhecimento institucional devem, portanto, ser compreendidos como instrumentos de legitimação de uma memória já ativa no cotidiano local.

Conclui-se que a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro constitui exemplo paradigmático de como a arquitetura vernácula pode operar como mediadora entre história, memória e identidade. Seu reconhecimento como patrimônio cultural implica não apenas a conservação de uma estrutura em madeira, mas a valorização de trajetórias coletivas marcadas por deslocamento, reconstrução e resistência simbólica. Ampliar os critérios de patrimonialização para incluir expressões populares e étnicas significa, em última instância, promover maior pluralidade na narrativa histórica nacional e fortalecer a diversidade cultural como fundamento das políticas públicas de preservação.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A (org.); BUCHOLDZ, A (org.); ANTONELLI, D; (org.). MACHADO, S. (org.). **VINDAS – Memórias da Imigração**. Ponta Grossa: ABC projetos, 2018.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 453 p.

BONONI, W. T. **MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO: Capela Imaculada Conceição em Cruseiro do Oeste / PR**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p. 200. 2018.

DA SILVA, A. B. S.; SILVA, R. D. Arquitetura vernacular em madeira na Vila Operária de Maringá/PR. **Revista ARA**, v. 16, n. 16, p. 92-121, 2024.

FONSECA, M. C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, n. 02, p. 11-120, 2001.

HOFFMANN, A. C. **Registrar para Preservar: a arquitetura religiosa em madeira na cidade de Maringá-Pr**. 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Maringá, 2015.

ICOMOS. CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta sobre o Patrimônio Vernacular Edificado**. Curitiba: Icomos, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Petrópolis**. Petrópolis: IPHAN, 1987. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2026.

LERMEN, N. Os Imigrantes Vão à Festa: Colonização, Germanidade e Memória. **Em Tempo de Histórias**, v. 1, n. 40, 2022.

LIMA, M. DAS G. DE. **Um estudo geográfico sobre as casas de madeira em Maringá-PR**. Boletim de Geografia, v. 25, n. 1, p. 81–93, 2007.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PINHEIRO, M. L. B. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista Risco** – Revista de pesquisa em Arquitetura e urbanismo, EESC-USP. São Carlos, n. 3, p.4-14, 2006.

WAISMAN, M. El patrimonio en el tiempo. **Revista PH**, v. 6, p. 10-14, 1994.

ZANIRATO, H. O Patrimônio Cultural em Cidade Nova: leituras da política patrimonial paranaense. In: **II Encontro Cidade Nova** - A construção de Políticas Patrimoniais: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País. Londrina-PR, Unifil, 2009.